

Nota Técnica nº 7

Maio de 2025

Quem Ganharia - E Quem Perderia - Com a Redução da Desigualdade no Brasil?

Uma Exploração a Partir de Simulações Contrafactuais



OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Luciana Lopes Nominato Braga | Presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi | Vice-Presidente

Kamila Pagel de Oliveira | Diretora da Escola de Governo

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

Bruno Lazzarotti Diniz Costa | Coordenador

Matheus Arcelo Fernandes Silva | Sub-coordenador

Maria Luiza Francisco | Bolsista de pesquisa

Miguel Coelho | Estagiário

Clarice Miranda | Extensionista

Ana Luiza Matias | Extensionista

Marina | Extensionista

ELABORAÇÃO DESTA EDIÇÃO

Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Clarice Miranda do Amaral

Lucas Augusto de Lima Brandão

O Observatório das Desigualdades é um projeto de extensão do curso de Administração Pública, que busca contribuir com o debate sobre as diferentes faces da desigualdade social, difundindo e tornando mais acessível o conhecimento e as informações sobre o tema. As opiniões expressas neste boletim não representam necessariamente o posicionamento da Fundação João Pinheiro.

Quem Ganharia - E Quem Perderia - Com a Redução da Desigualdade no Brasil? Uma exploração a partir de simulações Contrafactuais

1. Introdução

Quem ganha o quê, por quê, e que diferença isto faz: estas seriam as questões cruciais para a análise de políticas públicas, segundo Lasswell (2018), pioneiro do campo. Muita água já passou embaixo desta ponte deste então, outras abordagens e temas fundamentais enriqueceram a agenda do campo, mas estas seguem sendo perguntas fundamentais para entender, entre tantas outras coisas, as intrincadas relações entre a distribuição de poder, as políticas públicas e as desigualdades sociais.

Deste ponto de vista, pode parecer trivial fazer este tipo de questionamento para o debate sobre enfrentamento às desigualdades de renda e à pobreza. Afinal, se se trata de reduzir a concentração de renda, a princípio, os estratos superiores cederiam renda (ou participação na renda) e os estratos inferiores ganhariam renda; resposta dada e óbvia. Mas, como sempre acontece quando lidamos com fenômenos tão estruturais e complexos, quase nunca as questões são tão triviais e tampouco são tão óbvias as respostas.

Neste caso, um mesmo índice de Gini, por exemplo, pode representar perfis distributivos muito diferentes. Segundo, a rigor, qualquer redistribuição que transferisse renda (ou participação na renda) de um indivíduo (ou um conjunto de indivíduos) para qualquer outro situado em qualquer ponto abaixo dele na distribuição da renda, estaria reduzindo a desigualdade. Assim, transferir renda do bilionário para alguém que recebe mais de 50 mil reais por mês pode ser uma forma de reduzir a concentração, bem como transferir renda da professora de educação básica para o catador de material

reciclável, mas seriam estas as mudanças mais desejáveis em termos de justiça social e equidade?

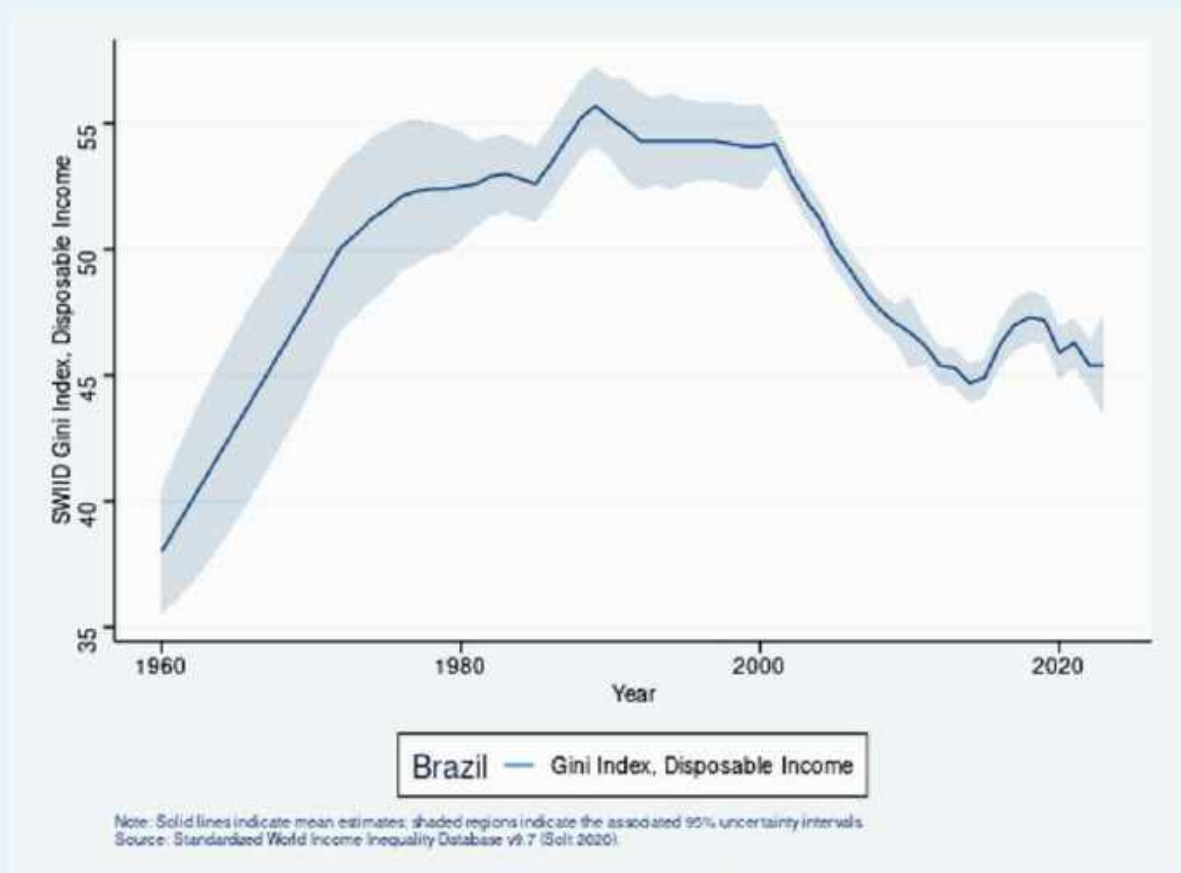
Ou seja, de forma mais específica, quem ganharia quanto – e quem perderia quanto – com distintos tipos de redistribuição? Como eles impactariam a pobreza e distintos grupos na sociedade? Como avaliar se uma proposta de redistribuição é factível no caso brasileiro? Estes são alguns dos temas que trataremos nesta nota técnica, a partir de um conjunto de exercícios contrafactuais: supondo a mesma Renda Domiciliar Per Capita (RDPC) brasileira média atual, mas ajustando sua distribuição entre os decis de renda àquela de distintos países, o que aconteceria com a mediana da renda? E com a pobreza e extrema pobreza? Como a renda de distintos grupos de gênero, raça e as crianças seriam afetadas? Quem perderia quanto de renda em cada caso? Em outras palavras, quem mais tem a ganhar – ou a perder – com o enfrentamento à desigualdade?

2. Pobreza, Desigualdade e Redistribuição no Brasil do Século XXI

No início deste século, em 2001, Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça publicaram um importante trabalho, com grande e merecido impacto, em que propunham - e demonstravam - um conjunto de teses sobre a pobreza e a desigualdade no Brasil de então. Em termos gerais, o argumento era o de que, primeiro, a alta incidência de pobreza no Brasil de então devia-se não à escassez de recursos, mas à sua distribuição muito desigual. Segundo, que a desigualdade de renda no Brasil era notável pela sua magnitude, mas também pela sua estabilidade em patamares tão altos, apesar das intensas transformações sociais, demográficas, econômicas e políticas da segunda metade do século passado. Terceiro, apostar somente no crescimento econômico seria uma estratégia ineficiente para a redução da pobreza: em condições de alta concentração no topo da distribuição, como era (ainda é) o caso do Brasil, uma proporção muito elevada do crescimento da renda seria apropriada pelos percentis superiores, fazendo com que fosse necessário taxas muito elevadas de crescimento para conseguir uma redução modesta da pobreza. Nestes casos, a redistribuição seria uma estratégia nitidamente mais eficiente de enfrentamento à pobreza.

De lá para cá, o Brasil passou por várias mudanças em relação à pobreza (especialmente à pobreza extrema) e à desigualdade, as quais, inclusive, deram razão às teses centrais do artigo. Pela primeira vez, ao menos desde os anos 60, a desigualdade da Renda Domiciliar Per Capita, medida pelas pesquisas domiciliares do IBGE (Censo, PNAD e PNAD-C), experimentou um período relativamente longo e intenso de redução, como mostra o gráfico 1.

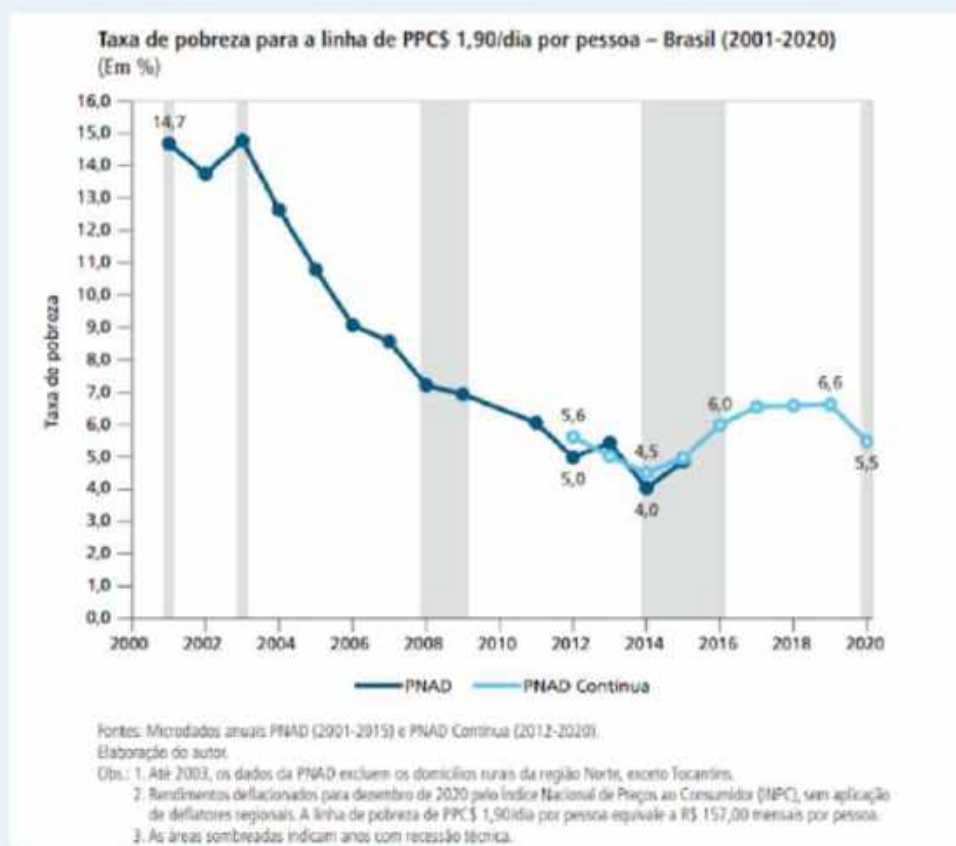
Gráfico 01: Redução da Desigualdade no Brasil (1960 - 2020)



Fonte: Solt (2020)

De outro lado, no mesmo período, houve uma redução intensa da pobreza monetária, qualquer que seja a linha de corte absoluta utilizada, conforme o gráfico 2 exemplifica. A observação conjunta dos dois gráficos indica desde início a coincidência do período em que se notam os dois processos simultâneos - redução da pobreza e da desigualdade, ambas medidas a partir da Renda Domiciliar Per Capita (RDPC) obtida em pesquisas domiciliares.

Gráfico 2: Taxa de Pobreza por Pessoa no Brasil (2001 - 2020)

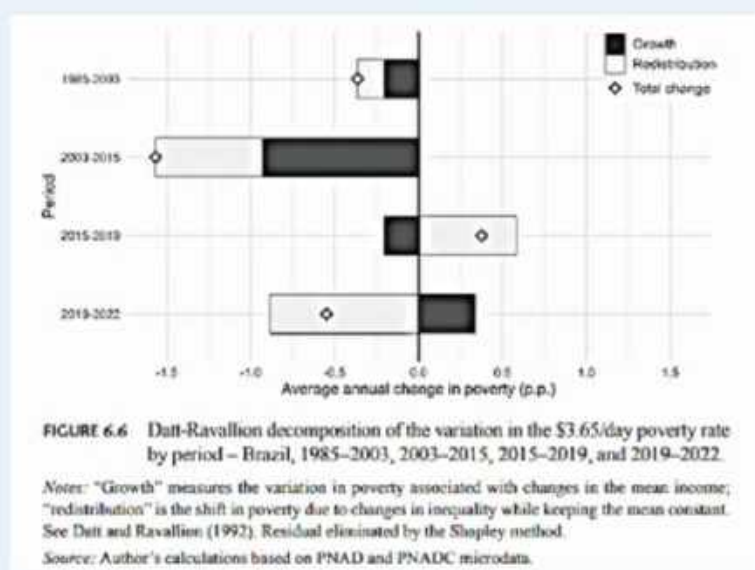


Fonte: Souza (2022)

De fato, análise recente de SOUZA (2025) mostra que, no período mais longo e intenso de redução da pobreza (2003 a 2015), cerca de um terço desta redução deve-se à redistribuição da renda e o restante ao seu crescimento mais geral, como expresso no gráfico 3. Neste ponto vale qualificar o argumento de que crescimento e redistribuição são estratégias alternativas de enfrentamento à pobreza. Em um sentido estrito e em relação à “mecânica” dos processos, de fato o são. Quando, porém, se considera a economia política da decisão e implementação de políticas públicas em sociedades marcadas por intensas desigualdades de poder, de vocalização e de representação de interesses, a viabilidade destes processos tende a estar mais imbricada do que parece à primeira vista. A própria experiência brasileira do chamado “milagre econômico” demonstra que o crescimento econômico não leva à redistribuição, podendo estar

inclusive associado a maior concentração de renda. No entanto, se existe a intenção de promover redistribuição, fazê-lo em situações de crescimento global da renda é bem mais viável politicamente. Isto porque, neste caso, pode-se criar uma situação de soma positiva, ou seja, todos ganhem e os mais pobres ganhem mais. Distribuir ganhos de forma progressiva é mais viável do que uma situação em que seja necessário impor perdas, o que criaria um jogo de soma zero ou de soma negativa, em que é muito mais difícil obter cooperação. Isto é especialmente válido quando estes custos incidem sobre setores que dispõem de recursos significativos de poder.

Gráfico 3: Crescimento Econômico e Distribuição de Renda no Brasil (2003 - 2022)

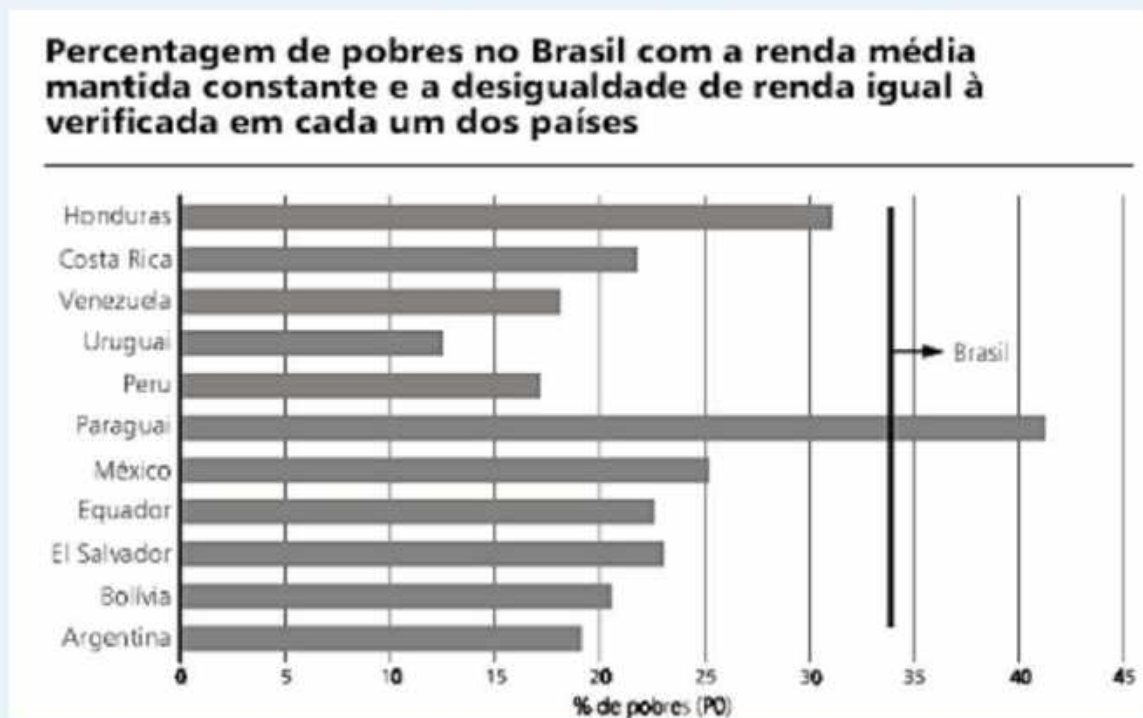


Fonte: Souza (2025)

A crise que levou ao golpe que destituiu a Presidenta Dilma e sua substituição por uma coalizão anti-redistribuição interromperam este experimento. Os vetores que permitiram esta combinação de crescimento e redistribuição e a consequente redução da pobreza, bem como sua reversão no período de 2016 a 2022 foram tratados em outra Nota Técnica do Observatório. O objetivo desta nota é mais específico: atualizar e explorar um exercício contrafactual realizado por PAES de BARROS et al. (2001) no texto em questão.

Para demonstrar que estaria já ao alcance do Brasil reduzir de forma imediata e significativa os altos índices de pobreza monetária então registrados, os autores realizam um exercício contrafactual em que simulam uma situação em que a renda média do país permanecesse a mesma, mas sua distribuição fosse aquela de diferentes países selecionados, para avaliar qual seria o impacto sobre a pobreza apenas com a redistribuição da renda então já disponível do país. O gráfico 4, retirado do texto, expressa estes resultados.

Gráfico 4: Renda Média e Desigualdade de Renda



Fonte: PAES de BARROS et al. (2001)

Como o gráfico 4 demonstra, na virada do século, no pior dos casos (o México de então), a redução da desigualdade para níveis próximos aos países analisados (todos latino-americanos) permitiria, mesmo na ausência de crescimento econômico, uma redução de mais de 30% do número de pobres no Brasil.

Em que medida estes impactos continuam válidos? Além da pobreza, quais pontos da distribuição e quais grupos sociais seriam afetados por mudanças no perfil da distribuição de renda no Brasil? Ou, em termos mais diretos e imediatos, quem ganha e quem perde com a desigualdade de renda? Estes são os pontos que esta nota explora, a partir de simulação contrafactual, em que a RDPC média do Brasil, de 2023, é mantida e a sua distribuição é alterada segundo o perfil de países selecionados. A seleção dos países para os exercícios - Uruguai, México, Espanha, Estados Unidos e Finlândia -, ainda que um tanto arbitrária, procurou considerar diferentes níveis renda, padrões de distribuição, sistemas de proteção social, alguma diversidade geográfica e, claro, a disponibilidade de dados atualizados e suficientemente desagregados para permitir a análise.

De forma mais específica, a investigação a seguir tem como objetivo realizar um experimento contrafactual que quantifique os efeitos redistributivos da aplicação da distribuição de renda dos cinco países mencionados ao contexto socioeconômico brasileiro. Para isso, um modelo paramétrico é calibrado para que replique as características distributivas destes países, tendo por base o Gini e a Curva de Lorenz de cada país. A partir daí, é construído um cenário contrafactual que mantém a renda média brasileira, porém a distribui nos moldes do modelo paramétrico calibrado, ajustando a renda dos indivíduos para respeitar a nova distribuição. A partir desse novo cenário, são mensurados os impactos da redistribuição em termos de estratos de renda, sexo e raça, e na taxa de pobreza por diferentes dimensões.

3. Metodologia

Os microdados brasileiros foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2023, primeira visita, utilizando-se especificamente a variável de rendimento domiciliar per capita (VD5008). Para o restante dos países, foram utilizados dados agregados disponíveis na a World Bank Poverty and Inequality Platform (PIP), referentes ao ano de 2022 (os mais recentes então disponibilizados), contemplando tanto o coeficiente de Gini quanto a participação acumulada na renda total por decis populacionais. A compatibilidade entre as fontes de dados justifica-se pela natureza metodológica similar das pesquisas subjacentes, ambas fundamentadas em levantamentos domiciliares amostrais estatisticamente representativos.

3.1 Estrutura Teórica do Modelo

O fundamento teórico do exercício contrafactual reside na modelagem da distribuição de renda através de uma função log-normal, amplamente reconhecida na literatura econométrica por sua capacidade de aproximar satisfatoriamente distribuições de renda empíricas, especialmente na porção central da distribuição. Formalmente, a densidade log-normal é expressa por:

$$f(x; \mu, \sigma) = \frac{1}{x\sigma\sqrt{2\pi}} e^{-\frac{(\ln x - \mu)^2}{2\sigma^2}} \quad (1)$$

Em que os parâmetros μ e σ determinam a forma da distribuição. A partir dessa função também é possível derivar o coeficiente de Gini, a partir da seguinte fórmula:

Onde Φ representa a função de distribuição acumulada de uma normal padrão.

$$G = 2\Phi\left(\frac{\sigma}{\sqrt{2}}\right) - 1 \quad (2)$$

Onde Φ representa a função de distribuição acumulada de uma normal padrão.

3.2 Estratégia de Parametrização e Otimização

Para parametrização do modelo, de modo que se adeque ao Gini e Lorenz do Uruguai, foi feito um procedimento de otimização em duas etapas:

1. Primeiramente foi calculada uma estimativa inicial de σ , a partir da equação (2) aplicando o Gini de cada país selecionado.
2. Em seguida, utilizando a renda média brasileira e o (σ) inicial acima, é calculado o parâmetro μ (μ), a partir da equação (3), em que r é a renda média

$$\mu = \ln(\underline{r}) - \frac{\sigma^2}{2} \quad (3)$$

É gerado então um conjunto de 382.937 (tamanho do n amostral da PNADc com renda registrada) rendas teóricas, que segue a distribuição log-normal com os parâmetros μ e σ calculados, e é computado o Gini da distribuição e a participação acumulada no total da renda de cada decil desse conjunto teórico, aplicando os mesmos pesos observados na PNADc, ordenados pela renda. É calculado então a soma dos erros quadráticos entre a participação acumulada por decil teórico e a participação em cada país e o coeficiente de Gini teórico e do país correspondente. É implementado então um algoritmo de otimização que encontrará o valor de σ que minimiza a soma de erros quadráticos. A partir do σ encontrado, calcula-se o μ obtendo assim a distribuição teórica final. Assim, foram obtidos os valores finais dos parâmetros da distribuição log-normal que melhor aproximam as características distributivas dos países, mantendo a renda média brasileira, com o valor de σ otimizado sendo 0,755 e o correspondente valor de μ sendo 7,236.

3.3 Geração do contrafactual via Mapeamento de Quantis

Para traduzir o modelo parametrizado obtido acima para uma distribuição contrafactual nos dados brasileiro foi feito um Mapeamento de quantis, que preserva a ordenação relativa das observações originais e ajusta seus valores para conformar-se a distribuição alvo (do modelo parametrizado). Para isso seguiu-se 2 passos:

1. Ordenação das observações da amostra da PNADc pela renda domiciliar per capita e cálculo dos pesos acumulados para cada observações, obtendo assim seu quantil empírico na distribuição original. Nessa etapa foi aplicada uma proteção no último quantil ($q = 1$), que é computado como $1 - 10^{-7}$ para evitar que a renda ajustada assuma um valor infinito.
2. Aplicação da função quantil da distribuição log-normal calibrada a cada quantil empírico, definida como a equação (4), em que q é o quantil empírico computado no passo anterior:

$$\text{renda ajustada}(q) = e^{(\mu + \sigma \cdot \Phi^{-1}(q))} \quad (4)$$

Após o cálculo da renda ajustada, foi computada a diferença entre sua média e a média da renda empírica, obtendo-se um fator de escala final que é aplicado a renda ajustada para que o pressuposto de manter a renda média idêntica na nova distribuição seja seguido.

4. Limitações da Proposta

O exercício aqui proposto apresenta dois tipos de limitações. O primeiro deles é metodológico e relativo às fontes utilizadas.

É já bastante difundido o debate sobre a utilização de pesquisas domiciliares, dados tributários ou combinações dos dois para a produção das estimativas mais realistas sobre distribuição de renda e riqueza. Neste trabalho utilizamos apenas os dados de pesquisas domiciliares, por estarem mais disponíveis e homogêneos para os diferentes países utilizados e por, no caso brasileiro (a fonte é a PNAD-C), permitir estimações para grupos combinados de gênero, raça e idade, o que seria mais difícil e controverso com outras fontes. Além disso, utilizamos a renda apropriada por decil da população, pela disponibilidade. Isto permite uma estimativa bastante boa das diferenças entre os países, para os objetivos singelos desta nota. Porém, não permite uma avaliação mais pormenorizada da distribuição da renda no interior de cada decil, o que é relevante para o caso brasileiro, especialmente no decil de renda mais alta, que apresenta uma concentração ainda maior no “topo do topo” - o 1% da população de maior renda ou ainda acima disto.

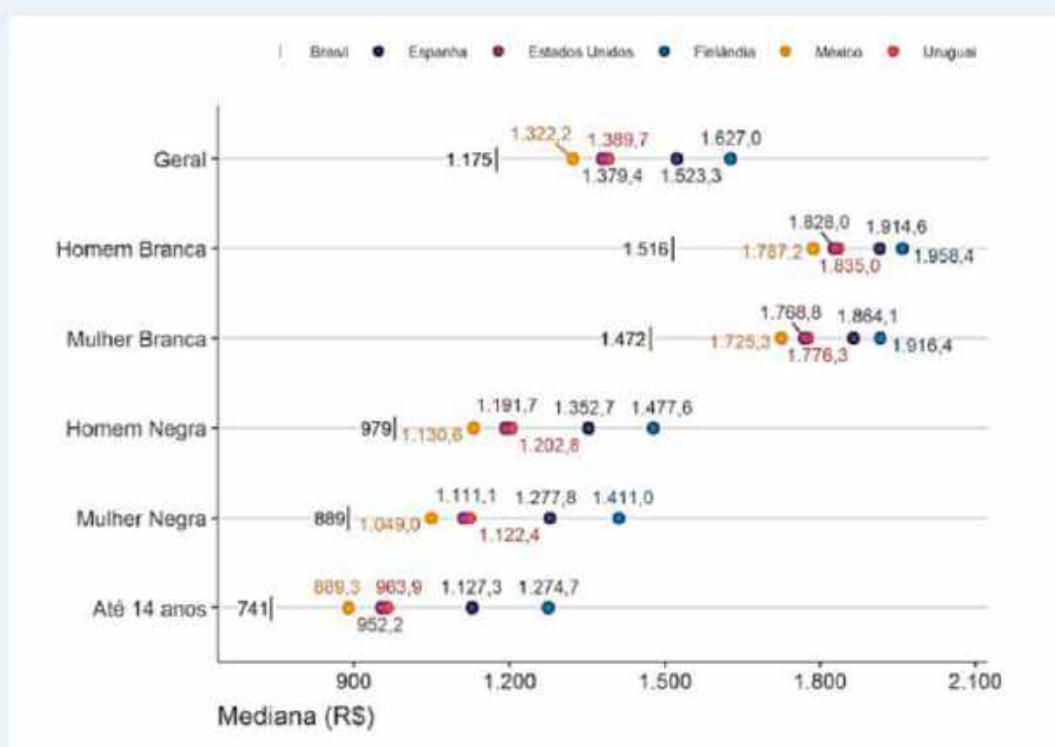
A última limitação tem a ver menos com este trabalho específico do que com a própria natureza dos exercícios contrafactuais. Este tipo de estratégia metodológica se assenta sempre em uma suposição do tipo *coeteris paribus*; no caso, isto significa que a distribuição da RDPC se altera, mas todas as outras variáveis permanecem constantes. E, claro, as inferências feitas a partir desta suposição têm que ser tomadas com cautela, já que alterações tão importantes na parcela da renda apropriada por cada grupo provocaria impactos extensivos sobre consumo, renda do trabalho, arrecadação, eventualmente inflação etc, o que, de qualquer modo, porém, ultrapassa em muito os modestos objetivos desta Nota.

5. Resultados

Uma primeira exploração dos resultados obtidos pelo exercício já permite uma intuição sobre o quanto a renda no Brasil ainda é concentrada no topo da distribuição e sobre como, além da desigualdade vertical, são graves as desigualdades horizontais na distribuição da RDPC. O gráfico 5 expressa qual seria a RDPC mediana (ou seja, aquela que se encontra justo na metade da distribuição) do total da população e de grupos selecionados, se o Brasil apresentasse a mesma RDPC média, mas a distribuição dos países sinalizados no gráfico. E o gráfico 6 indica o quanto a RDPC mediana de cada grupo da população brasileira crescería, segundo cada país que informa o exercício contrafactual.

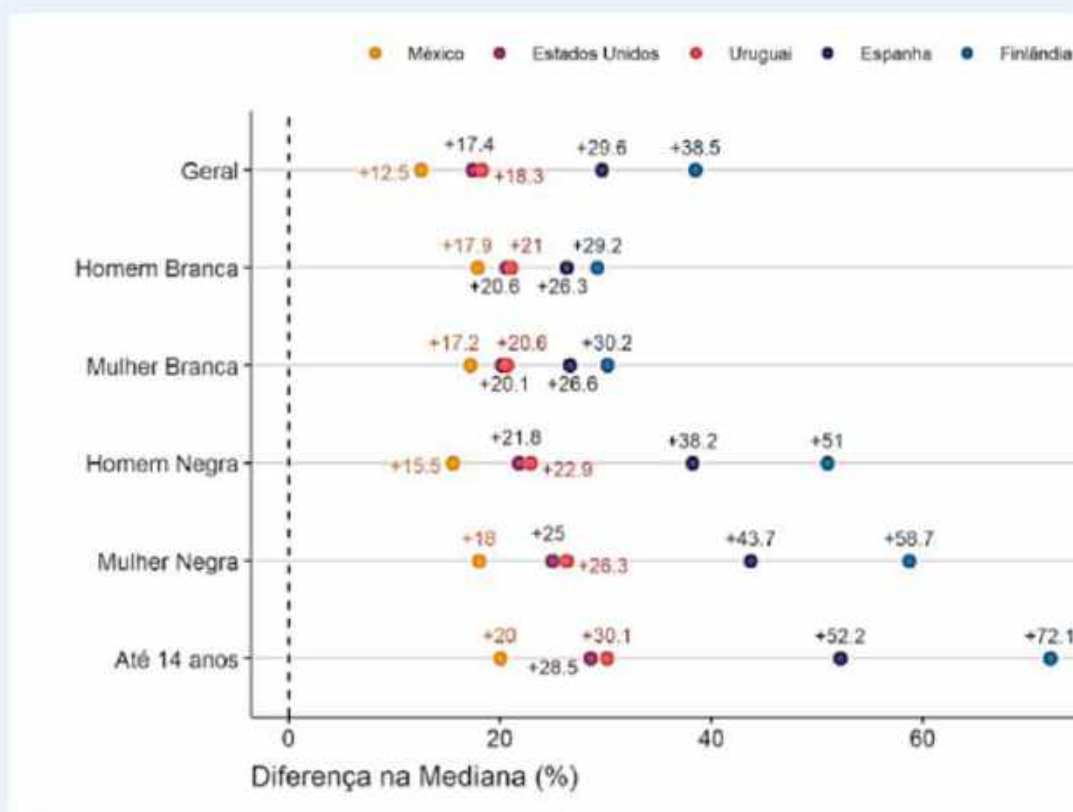
5.1 Impacto na RDPC Mediana

Gráfico 5: Mediana da Renda por Sexo e Raça



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2023) e no Gini Index (World Bank, 2025), disponíveis na plataforma Poverty and Inequality Platform.

Gráfico 6 : Diferença na Mediana por Sexo e Raça



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2023) e no Gini Index (World Bank, 2025), disponíveis na plataforma Poverty and Inequality Platform.

De fato, os gráficos evidenciam, primeiro, como a renda brasileira é concentrada, mesmo em relação a países latinoamericanos; segundo, que esta distribuição não é aleatória - negros, mulheres e crianças - ocupam, de forma desproporcional, as posições inferiores da distribuição; finalmente, mostram como está ao alcance material do país melhorar substancialmente as condições de vida da maioria da população e, ainda mais, de seus grupos mais vulneráveis. De fato, qualquer que seja o país selecionado como parâmetro, a aplicação de sua distribuição à RDPC média do Brasil aumentaria significativamente nossa renda mediana, entre 12,5% e 38,5%, caso se utilizasse o México ou a Finlândia (o mais igualitário dos países selecionados) como parâmetro.

Mas, como também fica claro da observação dos gráficos, estes efeitos não são homogêneos na população. Em uma perspectiva interseccional, pode-se notar que os homens brancos seriam bem menos beneficiados (apesar de também o serem) por uma redução da desigualdade do que as mulheres negras: considerando os parâmetros adotados, enquanto a RDPC mediana dos homens brancos aumentaria entre 18% e 30%, o aumento para as mulheres negras variaria de 18% a até 59%. Note-se ainda que o grupo que mais se beneficiaria direta e imediatamente de uma redução da desigualdade seriam as crianças e adolescentes, cuja RDPC mediana poderia crescer de 20% a 72%.

5.2 Impacto sobre a Pobreza e Pobreza Extrema

Como é bastante previsível, os pobres e os extremamente pobres seriam os mais beneficiados pela redistribuição, seja qual for o país adotado como modelo contrafactual, como mostra o painel 7. Qual seria, porém, a magnitude da redução da pobreza e extrema pobreza, viável pela via da redistribuição? Quanto à pobreza, atualmente em 27,3%, ela se reduziria em, no mínimo, 7,5% pontos percentuais, se o modelo fosse o México, e 23,6%, caso a nossa RDPC média permanecesse a mesma, mas nossa distribuição fosse a da Finlândia. Isto significa que poderíamos reduzir o total de pobres no Brasil em, pelo menos, 27% ou até em 87%, apenas pela via de uma redistribuição que nos aproximasse do perfil dos países selecionados.

Gráfico 7: Taxa de Pobreza por Sexo e Raça

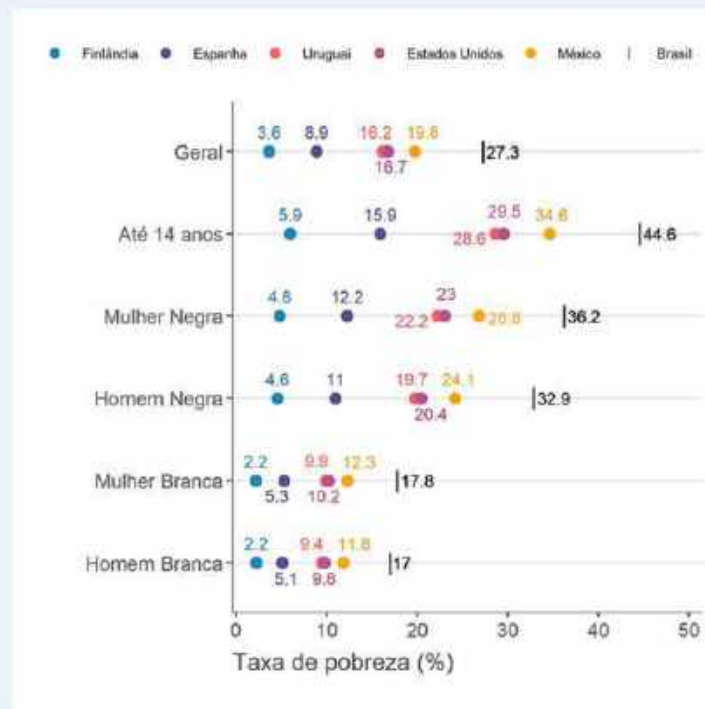
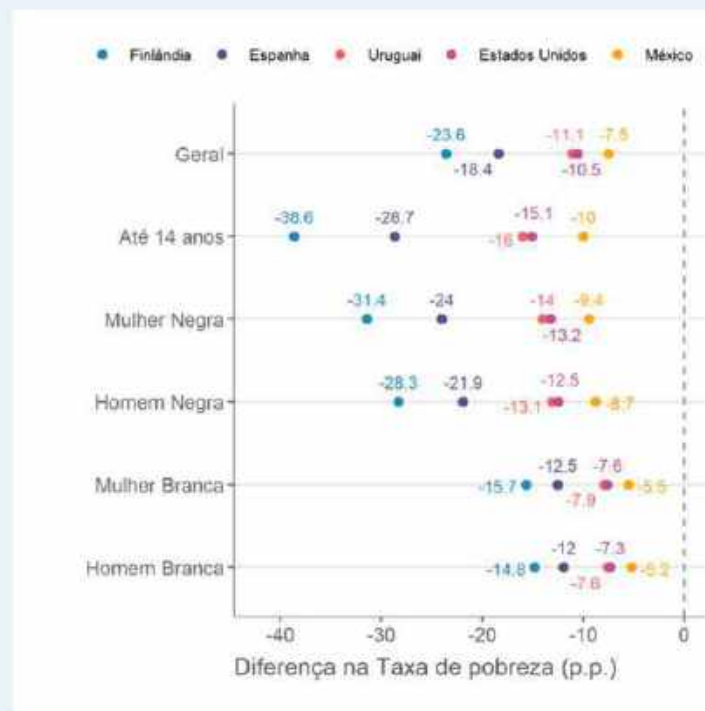


Gráfico 8: Diferença na Taxa de Pobreza por Sexo e Raça



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2023) e no Gini Index (World Bank, 2025), disponíveis na plataforma Poverty and Inequality Platform.

5.2.1 Impacto na Extrema Pobreza

Gráfico 9: Taxa de Extrema Pobreza por Sexo e Raça

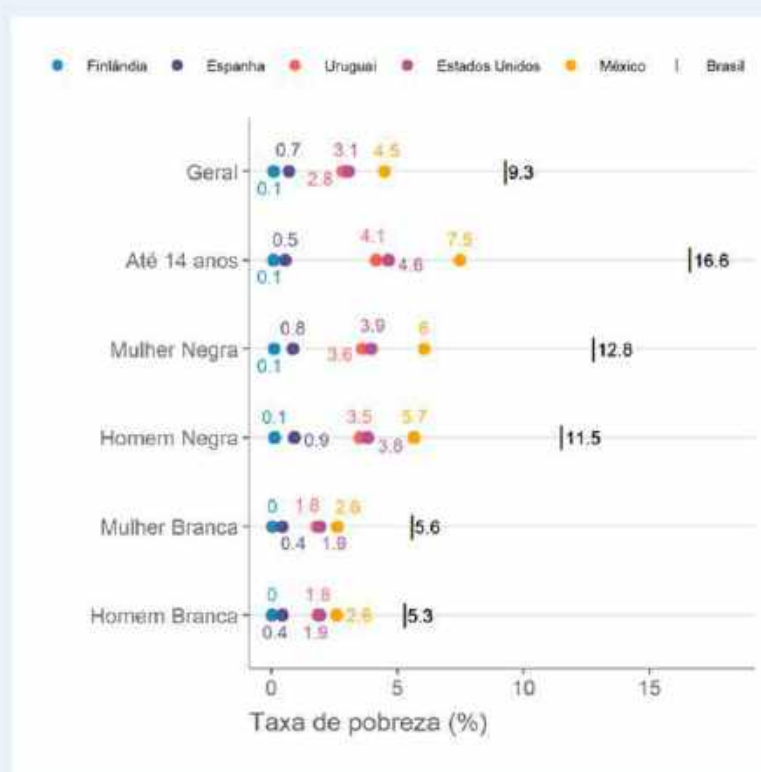
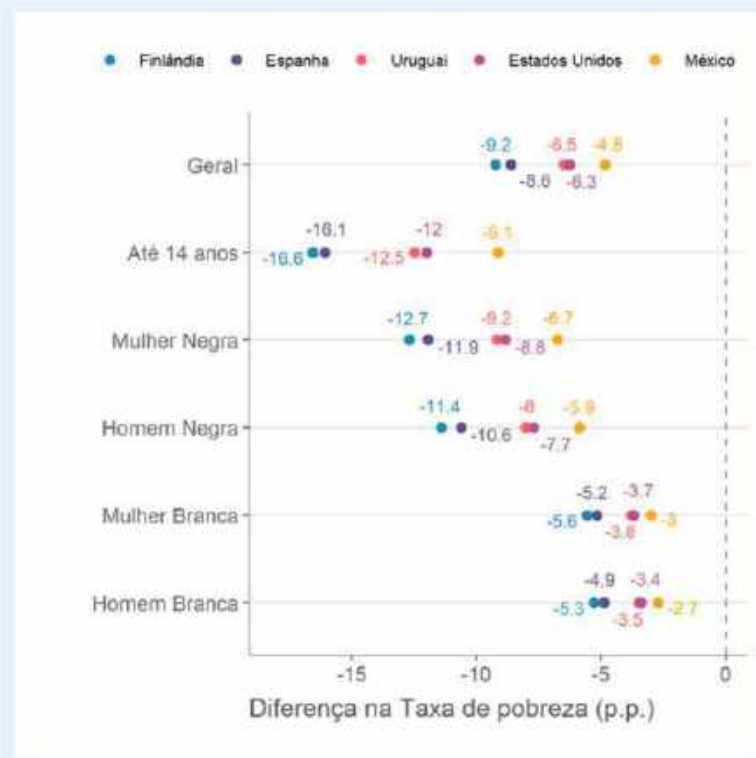


Gráfico 10: Diferença na Taxa de Extrema Pobreza por Sexo e Raça



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2023) e no Gini Index (World Bank, 2025), disponíveis na plataforma Poverty and Inequality Platform.

Mais impressionantes ainda são os resultados do experimento contrafactual sobre a extrema pobreza. Conforme mostram as figuras, reduções da desigualdade a partir dos perfis distributivos dos países selecionados, mantida a RDPC média atual do Brasil, permitiriam reduzir a extrema pobreza a menos da metade, no pior dos casos (México) ou até mesmo erradicá-la, no melhor cenário (Finlândia).

De outro lado, o gráfico 10 também evidencia a necessidade de uma perspectiva interseccional na análise da desigualdade e da pobreza. A observação conjunta da magnitude da desigualdade e da pobreza (a questão “quanta desigualdade?”) e de suas dimensões de gênero e raça (“desigualdade entre quem?”) mostra que o impacto na redução da pobreza seria maior entre mulheres e negros¹ e, especialmente, entre mulheres negras, além das crianças, ainda insuficientemente protegidas no Brasil, em termos comparativos.

5.3 Os impactos sobre os diferentes decis da RDPC

Como se afirmou acima, medidas sintéticas como o índice de Gini permitem estimar a magnitude da desigualdade (no caso, de renda), mas dizem pouco sobre o perfil específico de sua distribuição; dito de outra forma, países com Gini semelhante podem apresentar uma distribuição muito distinta da renda ao longo dos diferentes percentis. Que porcentagem da população seria beneficiada pela redistribuição? Em que medida? Quem arcaria com os seus custos, dados os diferentes parâmetros estabelecidos na simulação? As respostas a estas questões são também, em grande medida, apenas uma outra maneira de estimar que proporção específica da população concentra as maiores parcelas de renda e que segmentos são os mais prejudicados pela má distribuição. É isto que o gráfico 11 procura responder contrafactualmente.

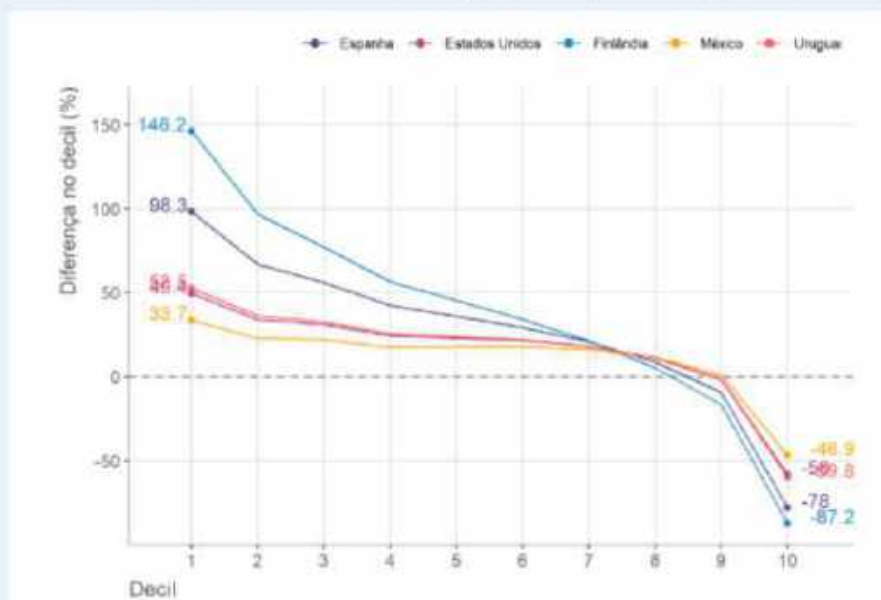
¹ A RDPC é amplamente usada em estudos de pobreza, mas assume divisão igual da renda entre os moradores, o que pode ocultar desigualdades intradomiciliares, especialmente de gênero.

Conforme fica claro no gráfico, em qualquer dos países utilizados como referência, a redistribuição beneficiaria a ampla maioria dos brasileiros: ao menos 80% da população, caso o parâmetro distributivo fosse Finlândia ou Espanha, ou pelo menos 90% dos brasileiros, se a referência fosse México, Uruguai ou Estados Unidos, teriam seus rendimentos muito significativamente aumentados. O destaque é o acréscimo de renda para os 10% mais pobres da população: na simulação de efeito mais modesto, utilizando o México, sua renda aumentaria em um terço (33,7%); em todos os outros contrafactuais, o primeiro decil receberia um acréscimo de renda superior a 50%, chegando a dobrar (98%), quando se adota a Espanha, ou mesmo a aumentar mais de 150%, se a referência for a Finlândia. Não custa ressaltar que estes acréscimos impressionantes não implicam nenhuma condição mirabolante: o exercício supõe que a RDPC permanece a mesma de 2023 e que tampouco a distribuição é algo fantasioso, já que acompanha o padrão realmente existente em diversos países, inclusive da própria América Latina.

Gráfico 11: Diferença % nos Decis*

*Diferença no 1º decil dos Estados Unidos: 49,4; Diferença no 1º decil dos Uruguai: 52,5

*Diferença no 10º decil dos Estados Unidos: -58; Diferença no 1º decil dos Uruguai: -59,8



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2023) e no Gini Index (World Bank, 2025), disponíveis na plataforma Poverty and Inequality Platform.

Na outra ponta da distribuição, ficam claras as notáveis dificuldades em termos de correlação de forças de um eventual esforço redistributivo mais decidido, nas condições colocadas pelo exercício contrafactual. Qualquer que seja o país adotado como baliza, a redistribuição decorrente da simulação implica que o decil de maior renda perderia ao menos 47% de seus rendimentos, na hipótese mexicana, até 87%, se o parâmetro distributivo for o finlandês. De um lado, se se avalia a situação a partir do modelo de Wilson, teríamos um caso de custos muito concentrados - e concentrados nos grupos com muito maiores recursos de poder e, portanto de capacidade de veto - e benefícios difusos, o que coloca dificuldades para a formação de uma coalizão de apoio². Esta situação realça também um ponto tratado mais acima: ainda que o crescimento econômico não produza necessariamente redistribuição, políticas redistributivas se tornam mais viáveis em contextos de crescimento global da renda que, ao permitir a distribuição progressiva de ganhos, evita uma situação de soma zero, que exija impor perdas para setores com grande poder de veto.

Entretanto, a simulação evidencia também uma característica peculiar da desigualdade brasileira: o que a distingue é, por assim dizer, “o excesso de riqueza dos muito ricos”, ou seja, a principal anomalia na nossa distribuição está na proporção da renda concentrada no topo, tema que tem sido reiteradamente ressaltado na literatura, notadamente por Medeiros (2023). Em termos relativos, os muito ricos do Brasil são ao menos o dobro mais ricos do que seus pares mexicanos, uruguaios, norte-americanos e espanhóis, para não mencionar a distância abissal dos finlandeses.

² Este ponto encontra-se mais desenvolvido em COSTA, B. L. D.; Bronzo, C.; Assis, M. A.; SILVA, M. A. F. Nem acaso nem destino: as engrenagens das desigualdades e elementos para desmontá-las. In: COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; SILVA, Matheus Arcelo Fernandes (Org.). Desigualdade para inconformados: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, v. 1, p. 155-196.

6. Conclusões

Em outras publicações deste Observatório, ressaltamos um ponto hoje bastante consensual em diversos campos de pesquisa: independentemente de considerações do ponto de vista de justiça social, pode-se dizer que evitar ou reverter a persistência de níveis muito elevados de desigualdade beneficia toda a sociedade, em um arco tão amplo de domínios que vão desde a confiança interpessoal, passando pela corrupção, pelas condições de saúde e educação, violência e encarceramento até o crescimento econômico sustentável. Ou seja, em princípio, seria racional para todos apoiar políticas redistributivas.

Entretanto, historicamente, o comportamento das elites econômicas e sociais no Brasil – e, como temos visto mais recentemente, em outras partes do mundo – é marcado por um tipo de racionalidade muito míope, pouco capaz ou pouco disposta a considerar o longo prazo ou objetivos e valores que ultrapassem seus ganhos imediatos e a preservação de suas posições. Isto tem sido reiterado, seja no constante questionamento em relação às políticas de proteção social e distribuição mais elementares, seja na fragilidade de seu compromisso democrático.

Quando se coloca a desigualdade brasileira em perspectiva comparada, fica claro o quanto é socialmente disfuncional: qualquer dos cenários contrafactuais considerado – que não têm nada de utópico, são baseados na distribuição de países reais, de diferentes perfis – produziria impactos muito positivos sobre a imensa maioria da população e, especialmente para os grupos hoje mais vulneráveis de gênero, raça e idade. E mais, a redistribuição em qualquer das simulações permitiria reduzir significativamente a pobreza e, no caso da extrema pobreza, no pior dos casos, reduzi-la pela metade e, nas melhores hipóteses, eliminá-la.

Ao mesmo tempo, o exercício evidencia o caráter extraordinário – o termo menos elegante, mas talvez mais preciso, seria predatório – da apropriação da renda no topo da distribuição. Considerando que intensa e persistente desigualdade econômica quase sempre se traduz em desigualdade política, fica claro também que a luta por justiça social no Brasil será longa e envolverá grande capacidade de mobilização, construção de coalizões distributivas, disposição para negociação e compromisso e muito, muito conflito e luta social e política.

7. Referências Bibliográficas

COSTA, B. L. D.; BRONZO, Carla; ASSIS, Marcos Arcanjo de; SILVA, M. A. F. Nem acaso nem destino: as engrenagens das desigualdades e elementos para desmontá-las. In: COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; SILVA, Matheus Arcelo Fernandes (Org.). Desigualdade para inconformados: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. v. 1, p. 155-196.

HASELL, Joe; ARRIAGADA, Pablo. OWID Data Collection: Inequality and Poverty. Oxford: Our World in Data, 2023. Disponível em: <https://ourworldindata.org/owid-data-collection-inequality-and-poverty> e <https://ourworldindata.org/explorers/incomes-across-distribution-wb?tab=table&Indicator=Decile+shares&Decile=All+deciles&Household+survey+data+type=Income+surveys+only>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

MEDEIROS, Marcelo. Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. Ascensão e queda do bem-estar em Minas Gerais: a trajetória da renda dos mineiros entre 2012 e 2019, segundo a PNAD Contínua. Nota Técnica nº 1. Belo Horizonte: Observatório das Desigualdades, 2024.

7. Referências Bibliográficas

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Texto para Discussão n° 800. Rio de Janeiro: IPEA, 2001and populism: lessons from Brazil. Abingdon: Routledge, 2025.

SOLT, Frederick. Measuring income inequality across countries and over time: the Standardized World Income Inequality Database. *Social Science Quarterly*, v. 101, n. 3, p. 1183-1199, 2020. SWIID Version 9.8, dez. 2024.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. A evolução da pobreza monetária no Brasil no século XXI. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2022. (Nota de Política Social, n. 2 – Políticas Sociais: acompanhamento e análise).

SOUZA, P. H. F. de. Income inequality and poverty in Brazil since re-democratization. In: SÁTYRO, Natália (ed.). *Social policies in times of austerity and populism: lessons from Brazil*. Abingdon: Routledge, 2025.

WORLD BANK. Poverty and Inequality Platform (version 20240627_2017_01_02_PROD) [data set]. Washington, DC: World Bank, 2025. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>.